



Câmara dos Deputados

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2013**  
**(Do Sr. Nilson Leitão)**

Acrescenta dispositivo no art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medida provisória sobre matéria objeto de veto presidencial pendente de deliberação pelo Congresso Nacional e valorizar os projetos de iniciativa parlamentar.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Esta Emenda Constitucional altera o art. 62 da Constituição Federal, para inserir dispositivos sobre a edição de Medidas Provisórias.

Art. 62. ....

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

.....

V – objeto de veto presidencial pendente de deliberação pelo Congresso Nacional.

VI – semelhante a projeto de lei que já estiver em tramitação em qualquer das Casas do Congresso Nacional.

.....

.....

**Art. 2º.** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A proposta de Emenda que apresentamos tem o objetivo direto de valorizar o parlamento e a iniciativa parlamentar. Nos últimos anos temos vivenciado uma inversão valores que tem

**\*40E49B4305\***

**40E49B4305**



Câmara dos Deputados

prejudicado não somente a imagem, como também a própria atuação do Poder Legislativo.

Em diversos casos, o Poder Executivo tem vetado dispositivo de lei, objeto de emenda parlamentar e, incontinenti, editado Medida Provisória de mesmo teor, numa verdadeira afronta ao Poder Legislativo e a suas prerrogativas.

Do mesmo modo, dentro dos princípios constitucionais, especialmente o da separação dos poderes, o Legislativo é quem exerce a função típica de legislar, de dar a última palavra em matéria de lei. Daí porque a Constituição prevê que, havendo veto, o Congresso deve deliberar sobre ele, quer para manter, quer para rejeitar. No entanto tem se tornado hábito a sobreposição de Medida Provisória acerca de dispositivo vetado que a ainda se encontra pendente de apreciação pelo Congresso Nacional. Essa prática termina invertendo a lógica do processo legislativo, fazendo que a última palavra em matéria de Lei fique com o Poder Executivo, o que é inaceitável do ponto de vista da separação dos Poderes.

Também, é necessário valorizar a iniciativa parlamentar, por isto a proposta veda a edição de Medida provisória semelhante a projeto de Lei que já esteja em tramitação em qualquer das casas, tendo em vista que o Executivo pode apresentar projeto de lei e solicitar urgência constitucional. O art. 64 da Constituição prevê que o projeto do Executivo com urgência passa a trancar a pauta a partir do 45º dia, nos mesmos moldes da Medida provisória. Assim, no caso de projeto do Executivo com urgência constitucional, este pode ser apensado a projeto de parlamentar que já estiver tramitando, portanto valoriza a iniciativa parlamentar.

Nesse sentido, pedimos aos nobres pares o apoio para aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das sessões, de maio de 2013.

Deputado **Nilson Leitão**

PSDB-MT

\*40E49B4305\*

40E49B4305



Câmara dos Deputados

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº      , DE 2013**  
**(Do Sr. Nilson Leitão)**

Acrescenta dispositivo no art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medida provisória sobre matéria objeto de veto presidencial pendente de deliberação pelo Congresso Nacional e valorizar os projetos de iniciativa parlamentar.

NOME	GABINETE	ASSINATURA

**\*40E49B4305\***

40E49B4305